

**2.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015.**-----

Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar o inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e documentos de prestação de contas do ano transato, e submetê-los a apreciação e votação do Órgão Deliberativo, nos termos do disposto na alínea i) do número um do artigo trinta e três e alínea l) do número dois do artigo número vinte e cinco, ambos da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, bem como o número um do artigo setenta e seis da Lei n.º setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais). -----

**Abstiveram-se os senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.** -----

**O Sr. Vereador dr. Agostinho Gaspar colocou as seguintes questões:**-----

*"Relativamente à prestação de contas para nós era importante que o sr. Presidente nos desse um breve esclarecimento sobre o que projetou para o ano de 2015 e na sua execução o que é que correu bem e o que correu mal. -----*

*Analisei algumas das rubricas e montantes que fizemos na previsão em Plano e Orçamento. Normalmente o relatório de gestão faz a comparação em relação ao ano anterior da execução mas, em termos políticos, é importante fazer uma comparação em relação àquilo que nós previmos no plano e orçamento.-----*

*Relativamente à receita do IMI, o sr. Presidente de Câmara referiu numa das reuniões que no relatório de contas iríamos ver porque gostaríamos de ir mais longe mas provavelmente vamos ter uma receita menor do que aquela que estamos a prever porque as coisas não estão fáceis..." Em termos de execução a coisa ficou ela por ela, é importante felicitar os serviços que fizeram esta previsão."-----*

**O Sr. Presidente referiu:**-----

*"A previsão obedece a critérios objetivos, tem que ver com a média da receita dos últimos 24 meses. Mesmo que tivéssemos a certeza que a receita iria ser superior não a poderíamos prever porque faz parte das regras orçamentais."---*

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar acrescentou:**-----

*"Quando me refiro à questão da receita na execução deste imposto, refiro-me à opção política sobre a possibilidade legal que temos de poder apoiar mais ou menos as famílias, sobretudo aquelas famílias que têm mais ou menos filhos, é uma análise importante para percebermos até onde podemos ir. -----*

*Independentemente da execução, nós tínhamos uma previsão que a execução, porventura, até poderia ser superior e o sr. Presidente tinha uma visão mais pessimista, porventura, pelos dados que tinha que poderia ser menor. Pelos dados constatamos que a situação ficou equilibrada, nós fizemos uma orçamentação de 9 865 336.15€ e foi executado 9 681 269,74€, a coisa está ela por ela, isto significa que futuramente podem tomar posições políticas em relação à receita do IMI.-----*

*Em relação ao executado há uma diminuição na rubrica da área social, espero que seja por menor necessidade de apoio social, estavam previstos cerca de 600 088,00€ e o que foi executado foi 417 254,85€.-----*

*Basta ler o relatório de gestão para sabemos que para além de cumprir a Lei, que o grau de execução de Capital é elevado, até porque tivermos obras,*

como os Centros Escolares, que tínhamos de executar em tempo restrito e a execução tinha que ser elevada. -----

Para mim é importante perceber, em relação àquilo que nós projetamos e àquilo que nós executamos, onde está a diferença.-----

Nas aquisições de capital vejo uma diferença abismal no domínio público ou isto foi projetado ad hoc, ou não compreendo, na rubrica bens do domínio Público, projetamos 3 603 933,75€, na prática executamos 1 333 000,00€, estamos a falar de bens de capital, bens do domínio do investimento há uma diminuição em termos daquilo que foi projetado de 2 264 478,46€, esta rubrica diminui significativamente, porque será?-----

Nas despesas de capital, na execução dos centros escolares há um diferencial significativo em relação ao valor de participação que prevíamos gastar em comparação com o que gastamos.”-----

**O sr. Presidente esclareceu:-----**

“Em relação aos centros escolares, tivemos a possibilidade de poder incluir na candidatura os terrenos como contributo em espécie, mas ainda não recebemos esses valores. Ainda há dias fui à CCDRN por esse motivo.”-----

**O sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar prosseguiu:-----**

“Nas receitas de capital tínhamos uma previsão de receita de estado, participações comunitárias e projetos co-financiados de 10 milhões 774 mil euros 183 euros e 49 Cêntimos e executamos 7 milhões 988 mil 334 euros e 37 cêntimos, não foi necessário o valor total ou se nos devem esse valor, no entanto na dívida a terceiros o valor diminuiu, ainda que muito moderadamente.-----

Nas receitas correntes, no reembolso do IVA e diversos, projetamos 455 mil euros e acabamos por executar apenas 91 mil euros, qual a origem desta diferença?”-----

**O Sr. Presidente esclareceu que:-----**

“Refere-se ao reembolso do IVA da água.”-----

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar acrescentou:-----**

“Há algumas questões que me parecem, por um lado positivas mas que têm influência direta no resultado líquido que é a questão dos devedores. Diminuiu, de forma significativa, a dívida de terceiros em relação à Câmara, provavelmente teve que ver com algumas obras pagas pelo estado, nomeadamente candidaturas.-----

Em relação às previsões para riscos e encargos houve uma discrepância muito grande, é uma questão que é abordada no relatório de gestão, nós tínhamos um saldo inicial de 1 milhão 310 mil e houve uma redução de 993 mil, passou a 316 290 mil, é uma rubrica de precaução.-----

Em relação aos rácios as despesas de pessoal com as despesas correntes é insignificante, 1% nem considero subida, agora há uma questão que é importante porque o relatório refere o seguinte “ O peso das despesas com pessoal nas despesas correntes manteve-se em relação ao ano anterior apesar do início da reposição salarial”, mas importa realçar que a reposição salarial foi ainda no Ano de 2015 Mínima o que significa que o peso das despesas com o pessoal nas despesas correntes vai aumentar em 2016 de forma significativa.-----

Naturalmente que a despesa de capital tem que disparar porque esses valores referem-se aos centros escolares, o próprio relatório de gestão o refere.

Podíamos analisar os rácios de rentabilidade que estão intrinsecamente ligados ao resultado líquido, há melhoria em alguns casos.-----

Em termos de capacidade de endividamento a Câmara tem uma boa capacidade, mantém-se nos 60%, é uma boa capacidade de endividamento mas tem uma dívida total de 12 milhões e 684 mil euros, também é normal dever dinheiro não pode é ignorar a existência deste passivo e anunciar que tudo corre como se não existissem dívidas.-----

Por último, esta chamada de atenção é recorrente e como temos dito que esta é a execução das vossas contas da vossa previsão de plano e orçamento, se nós tivéssemos votado favoravelmente o plano e orçamento estaríamos a votar favoravelmente a execução das contas, em relação ao plano e orçamento votamos contra e em relação às contas abstermo-nos. -----

Há uma questão que importa deixar claro que a persistir poderei votar contra o Relatório e Contas no próximo ano que é a questão do centro de custos das obras por administração direta, que é recorrente, já vamos quase no final do mandato e continuamos, ano após ano, a falar na mesma questão que já falamos no mandato anterior. -----

Nós optamos por uma política de administração direta porque achamos que é mais barata, é mais rápida porque tem uma resposta mais imediata, mas temos de aferir isto, porque andamos a dizer que é mais barata mas não sabemos. Recorrentemente o ROC dá ênfase a isto, não sei se é fácil fazer isto e isto só se implementa no início de cada obra. Esta falta de centro de custos de obra pode alterar e adulterar todo o relatório e contas aqui apresentado, é inadmissível que assim continue, aliás em boa verdade com a falta de centro de custos estamos a aprovar um documento que pode estar completamente errado.-----

**O Sr. Presidente referiu:-----**

"Apesar de ainda não se ter terminado a implementação da contabilidade custos, temos implementada uma metodologia que nos permite saber quanto é que custa cada uma das obras executadas por administração direta, havendo um dossier de obra como se de uma empreitada se tratasse."-----

**A Dr.ª Cristina Oliveira esclareceu:-----**

"Há uma nota de lançamento na prestação de contas em que a mão-de-obra por administração direta que é utilizada nas obras é-nos fornecida para orientar o imobilizado em curso. Todas as horas dos trabalhadores em obras por administração direta estão desagregadas, o respetivo departamento faz um mapa por obra."-----

**O Sr. Presidente adiu:-----**

"Na reunião em que esteve presente o Dr. Carlos Nunes já falamos que estamos a fazer grandes alterações do ponto de vista procedimental e das aplicações informáticas e o meu receio é que se queira fazer tudo ao mesmo tempo e depois não se consigam os resultados desejados. Temos dado passos seguros no sentido daquilo que pretendemos, conforme já disse nessa reunião. Estamos a trabalhar no Urbanismo, numa área que é essencial para se conseguir dar respostas mais céleres e facilitar a vida às pessoas, porque vai ser possível consultar e entregar os processos online. A informatização dos armazéns está a ser implementada, as requisições internas já estão a ser elaboradas, uma vez que é a base da contabilidade de custos."-----

**A Drª. Cristina Oliveira esclareceu:-----**

---

*"Relativamente à rubrica 0703 dos bens do domínio público a previsão refere-se à iluminação pública, ao concurso de fornecimento de LED's que foi cabimentado em 2015 e não foi executado porque está ainda a decorrer."-----*

**O Sr. Vereador Dr. Gaspar aditou:-----**

*"Nos proveitos extraordinários quase duplicamos os valores."-----*

**A Drª. Cristina Oliveira acrescentou:-----**

*"Teve que ver com algumas obras, especialmente do parque urbano porque há uma parte considerável que passou de subsídio para investimento para proveitos próprios, atendendo a que a obra já está terminada, como a maior parte do investimento não é sujeito a amortização porque é um espaço verde, aumentaram os proveitos extraordinários."-----*

*Na área Social há algumas faturas que transitaram para o ano de 2016."-----*

**O sr Dr. Agostinho Gaspar questionou:-----**

*"Na rubrica de aquisição de bens e serviços, em termos do orçamentado e do executado há uma diferença de 1 milhão e 42 mil euros."-----*

**A Drª. Cristina Oliveira mencionou:-----**

*"Uma parte refere-se à dívida transitada que rondará os 500 mil."-----*

*A Dívida de terceiros baixou, porque recebemos algumas verbas do estado, no entanto tivemos que pagar todas as obras que terminaram a 30 de junho e que tiveram de ser pagas por exigência do QREN e ainda temos 600 mil euros para receber do overbooking."-----*

**O sr. Vereador Dr. Leonel Vieira fez a seguinte intervenção:-----**

*"Eu queria fazer alguns comentários e ao mesmo tempo vou colocando algumas questões que podem ser respondidas por quem entender."-----*

*Na rubrica - Relação das participações, na empresa RIMA – resíduos e meio ambiente, SA, é-nos apresentado um resultado líquido negativo no valor de 27.843,89 € porquê? A que se deve este resultado negativo?-----*

*Na rúbrica contas de ordem, depósitos obrigatórios na Caixa Geral de Depósitos, 377.909,40 € a favor de Maria Pilar Coutinho. Presumo que estamos a falar da proprietária dos terrenos onde foi construída a zona industrial de Lustosa. Aquela proprietária ainda não recebeu o valor da expropriação? Porquê? Já agora qual é o ponto da situação?-----*

*Dívidas a terceiros, 81.000,00 € a Maria Teresa Queirós de Castro Feijó. A que se refere este montante tão elevado?-----*

*FDO – Construções, SA, 34.570,47 €. A que obra se refere? E desde quando é devido este montante? Porquê? -----*

*94.659,77 € Humberto Poças, SA. Isto refere-se a obras ou materiais? Porquê tão elevado o valor em dívida? -----*

*Às Juntas de Freguesia, no final de 2015 a Câmara Municipal devia mais de 13.000,00€. -----*

*No final do mesmo ano, o Município tinha um débito de mais de 70.000,00 € às Associações Culturais, Recreativas, Desportivas e de Solidariedade do concelho de Lousada. É um valor exagerado. É vergonhoso, para não dizer escandaloso. Este Executivo Socialista é rápido a prometer, é ainda mais rápido a*

*anunciar e a propagandear a aprovação dos subsídios, mas paga tarde, muito tarde. Não é a melhor forma de ajudar e colaborar com os dirigentes associativos e com as respetivas instituições. Muitas vezes o subsídio chega às Associações e já os dirigentes que o solicitaram deixaram de o ser há muito tempo. Efetivamente as instituições não podem contar com a ajuda financeira do Município para organizar o seu plano de atividades pois não sabem se vão ser contemplados com qualquer ajuda financeira e quando a ajuda financeira é aprovada por este executivo, os agentes associativos nunca sabem quando vão receber o dinheiro, ou seja, o Município de Lousada não é um parceiro confiável.-*

*Outra rúbrica, bens imóveis que não foi possível proceder ao registo na Conservatória do Registo Predial. Este é um processo que se arrasta há demasiados anos. Não se percebe porque há ainda tantos imóveis por registar na conservatória, imóveis pertencentes ao Município. Mals incompreensível é o facto de alguns deles nem sequer estarem inscritos na matriz. Exemplos de imóveis que não estão inscritos na matriz, ou seja, que não têm artigos:-----*

*- Várias parcelas de terreno no Complexo Desportivo, escola EB 1 JI de Caíde de Rei, Centro Escolar de Barrosas Santo Estevão, Escola Básica 2/3 de Nogueira. Estranho também o facto de muitos imóveis adquiridos nos últimos anos ainda não estarem na Conservatória do Registo Predial a favor do Município de Lousada, exemplos: Artigo rústico nº. 7 – Parque Natural da Torre de Vilar, terrenos de acesso à Escola e Pavilhão de Barrosas Santo Estevão, dois terrenos no Complexo Desportivo, artigo rústico nº 14 – parcela de terreno no Complexo Desportivo, art. 660 – parcela de terreno no Complexo Desportivo, rústico 251 – Parque Rural da Torre de Vilar; dois lotes no loteamento da Boavista em Silvares, art. Urbano 399 que corresponde a um lote no loteamento da Quinta dos Ingleses em Vilar do Torno e Alentém e mais um lote que é o lote 24 do artº. 493 do loteamento nº 10/77 em Soutelo - Vilar do Torno e Alentém. Há ainda o artigo urbano 3197 que é um terreno onde está o Edifício dos serviços técnicos, que eu saiba não corresponde a nenhum terreno pois a área está toda ocupado pelo edifício.”-----*

**Relativamente ao registo dos bens imóveis a Srª. Diretora de Departamento Drª. Isabel Coelho esclareceu:-----**

*“A formalização das aquisições pelo Município com várias décadas, não são fáceis de resolver, muitas só pela via da figura jurídica do usucapião porque os imóveis foram doados sem documentos.”-----*

*Relativamente aos imóveis do domínio público os mesmos não estão sujeitos a registo, assim como as cedências efetuadas no âmbito dos processos de loteamento, desde que as mesas sejam para integrar o domínio público.”-----*

*As únicas cedências que poderão ser registadas são os imóveis que integram o domínio privado do Município.”-----*

**No que concerne à RIMA o Sr. Presidente referiu:-----**

*“Relativamente à relação das participações sociais, como sabem a nossa participação social na RIMA é irrisória, de 0,8%. A empresa é livre de fazer a sua gestão e é possível que tenha havido investimentos que determinaram os resultados negativos.”-----*

**O Sr. Dr. Agostinho Gaspar continuou:-----**

"Nós tínhamos orçamentado 10 milhões 774mil para projetos co-financiados e na execução temos 7 milhões 988 mil achei uma diferença muito grande."-----

**A Drª Cristina Oliveira:**-----

"Uma parte é a dívida que ainda não está executada, quando foi elaborado o orçamentado devia haver valores em dívida que, entretanto entre Outubro e Dezembro, foram recebidos."-----

**O Sr. Presidente finalizou:**-----

"Relativamente aos 307.000,00€ que estão depositados na Caixa a favor de Maria Pilar Coutinho o valor é referente à expropriação do loteamento industrial de Lustosa. O processo andou de recurso em recurso, no entanto já chegou ao fim, mas ainda não levantaram o depósito."-----

Nós ganhamos a ação, este é o valor indemnizatório, nós fizemos o depósito em função, desde logo, do relatório inicial de avaliação, depois tivemos que fazer um segundo depósito em função da avaliação que foi feita pela peritagem, a Lei determina que se faça o depósito à ordem da pessoa. A senhora reagiu muito mal à expropriação, provavelmente ainda não levantou o depósito porque não quis."-----

A dívida de Maria Teresa Queirós de Castro Feijó tem que ver com o pagamento da Mata de Vilar, no âmbito da compra e venda cujo preço está a ser pago em prestações."-----

O assunto da FDO tem que ver com um imbróglio jurídico. É uma fatura que ficou por liquidar, uma vez que entramos num processo litigioso por defeitos de obra. Entretanto, a Câmara acionou as garantias bancárias e posteriormente a empresa entrou em insolvência e ninguém reclamou o pagamento da fatura. Vamos ver como podemos resolver a situação."-----

A dívida a Humberto Poças é referente a fornecimento de material de água e saneamento quer obras de administração direta quer para reparações."-----

A dívida de 13.000,00€ às Juntas de Freguesia refere-se, provavelmente, ao facto de na última tranche de dezembro algumas juntas não terem as certidões válidas de não dívida à Segurança Social e às Finanças."-----

No entanto, as Juntas de Freguesia não têm razões de queixa em relação a pagamentos. Aliás, neste mandato temos cumprido religiosamente com os pagamentos, no que respeita aos protocolos de obras e melhoramentos, conforme nos comprometemos."-----

Relativamente à questão dos subsídios às Associações, eu rejeito por completo as considerações que fez, porque se nós não tivéssemos essa preocupação com o dia-a-dia das associações não afetávamos verbas tão significativas no orçamento para as associações. Agora, naturalmente, que a nossa gestão financeira não é fácil. A Drª Cristina já aqui referiu o esforço que foi necessário fazer para fazer face ao último quadro comunitário. Tivemos que adiantar dinheiro e neste momento ainda temos cerca de 600 mil euros para receber e isto cria uma dificuldade muito grande no nosso dia-a-dia, em termos de disponibilidade de tesouraria. Nem sempre é possível pagarmos com a urgência que gostaríamos. Foi o que aconteceu com as Associações. As Associações sabem perfeitamente com o que é que podem contar porque

*contactam connosco permanentemente e sabem que nós não temos diminuído o valor dos apoios que temos vindo a dar nos últimos anos e é nossa intenção mantê-los, nunca reduzir. Aliás, fomos mais além neste mandato com o apoio em cerca de 60 mil euros para os exames médicos e seguros desportivos. Não percebo e rejeito essa crítica, porque essa preocupação está bem patente no nosso orçamento e nesta prestação de contas. Naturalmente que gostaria de ter passado o ano sem esta dívida a transitar para 2016 mas foram essas contingências que assim o determinaram.-----*

*No que se refere aos registos prediais, de facto, temos de resolver o problema e sugiro à D<sup>ra</sup>. Isabel que defina esse objetivo para o Departamento para que isto fique resolvido de uma vez por todas.”-----*